

As Forças Armadas brasileiras no pós-guerra fria

Este artigo analisa a evolução do pensamento militar brasileiro nas últimas três décadas. Examinamos as origens das mudanças estratégicas no período pós-guerra fria, contrastando os processos ocorridos no Exército e na Marinha, quanto a: relações com a potência hegemônica, inserção do Brasil no mundo e missão das Forças Armadas. O texto ressalta o papel fundamental da tecnologia no desenvolvimento da Marinha e a continuidade de elementos doutrinários da guerra fria no Exército. No entanto, ambas as forças sofreram significativas mudanças em suas concepções estratégicas.



The Brazilian armed forces in the post-Cold War

This article analyses the evolution of Brazilian military thinking over the past three decades. I examine the origins of strategic changes during the post-Cold War era, contrasting the processes that have occurred in the Army and the Navy, in respect to: relations with the hegemonic power, Brazil's insertion into the world, the Armed Forces mission. The paper emphasizes the fundamental role of technology in the Navy's development, and the continuity of Cold War era doctrines in the Army. Nevertheless, both branches have undergone significant changes in their strategic conceptions.

João Roberto Martins

Filho: Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSCAR e Presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa.

Este artigo tem como objetivo analisar a evolução do pensamento militar brasileiro nas últimas três décadas. Nesse sentido, ele dá continuidade à tradição sociológica que vê no estudo das doutrinas militares uma chave importante para o entendimento das políticas militares. Ao longo do texto, tentamos decifrar as origens das mudanças consolidadas no pensamento estratégico no pós-guerra fria, procurando contrastar os processos ocorridos no Exército e na Marinha. Analisamos as mudanças nas concepções militares sobre as relações com a potência hegemônica no hemisfério, a inserção do Brasil no plano mundial e da América Latina, o papel, as missões e as hipóteses de emprego das Forças Armadas. Nesse quadro, buscamos entender como as especificidades de cada força influenciaram a evolução de seu pensamento, destacando o papel fundamental do componente tecnológico para a compreensão da evolução da Marinha. A tese central é que a força terrestre apresenta hoje elementos mais fortes de continuidade em relação às doutrinas que marcaram o período da guerra fria. No entanto, ambas as forças sofreram processos significativos de mudanças em suas concepções estratégicas, muitas vezes não percebidas com o devido rigor na literatura das relações civis-militares na sociedade brasileira, em geral centrada na perspectiva institucional.

1 A ROTA DA MARINHA

Já no final dos anos 1960, nos últimos dias do governo Costa e Silva, um documento do Departamento de Estado caracterizava a opinião militar dominante no Brasil como favorável a uma relativa independência em relação aos Estados Unidos.¹ Nessa avaliação, o surgimento de uma geração de altos oficiais menos marcados pela experiência da participação do país na Segunda Guerra Mundial tendia a ter efeitos futuros nas percepções militares sobre a aliança com os EUA. Ao mesmo tempo, ainda nessa visão, crescia nas três forças armadas a per-

cepção de que o programa de assistência militar estabelecido pelo acordo militar bilateral de 1952 não mais atendia às exigências de modernização militar do país: “Há um sentimento nas Forças Armadas de que os Estados Unidos usualmente consideram seus próprios requerimentos e não aqueles do Brasil”.² Nesse quadro mais geral, por suas características específicas, a Marinha foi a força onde mais cedo essas percepções difusas se expressaram em preocupações mais concretas. O documento citado salientava que a força naval brasileira tinha expectativas de se transformar numa “força pequena, mas moderna” e mencionava a opinião de “pelo menos um oficial da alta hierarquia naval, para o qual os oficiais da Marinha brasileira não podem sentar na praia e assistir a Marinha dos Estados Unidos patrulhar nossas águas” (U.S. Department of State, 1969 : 61).

Estariam aí as raízes da corrente do pensamento naval que uma dissertação acadêmica denominou de “heterodoxa”, em contraposição a uma postura “ortodoxa” que permaneceu mais vinculada ao pensamento geopolítico da Escola Superior de Guerra, com seus rígidos parâmetros de aliança privilegiada com os EUA nos quadros da guerra fria (Decuadra, 1991). Hegemônica desde meados dos anos 1970, a característica mais geral dessa corrente é sua tendência a afirmar relativa autonomia diante das políticas dos Estados Unidos: “É perceptível a preocupação de definir objetivos propriamente brasileiros na questão do Atlântico Sul, distintos dos interesses hemisféricos ou ocidentais, estes últimos tradicionalmente percebidos, dentro da Marinha, como idênticos aos nacionais” (Decuadra, 1991:139).

Com efeito, os porta-vozes dessa corrente esforçaram-se por fazer uma reavaliação dos prós e contras da aliança iniciada com a vinda da Missão Naval americana de 1922. Os pilares dessa revisão foram resumidos por um dos expoentes desse grupo, o almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal:

A aliança com os Estados Unidos – de onde vinha todo o fluxo logístico para manter navios brasileiros em operação – tinha resolvido as dificuldades e perplexidades que até então atormentavam a Marinha, mas à custa de sua iniciativa no processo, o que, breve, teria conseqüências funestas. Sob o comando americano, aprendemos a fazer a guerra no mar em moldes modernos, entramos em contacto com equipamentos de projeto recente e sofisticados, como o sonar e o radar, passamos a pensar em termos mundiais mais do que em termos regionais, despertamos, mais uma vez, para nossa vocação atlântica. Contudo, à total dependência material somaríamos uma subordinação intelectual esterilizadora nos anos subsequentes (Vidigal, 1985:89).

Na Marinha, tanto heterodoxos como ortodoxos concordavam com a necessidade de superar a dependência material externa na produção de armamentos; o pomo da discórdia era, assim, a questão da subordinação estratégica aos Estados Unidos. Na verdade, a aceitação da necessidade de procurar fora dos EUA os meios almejados pela Marinha brasileira provocaria um efeito interessante: a busca de maior autonomia no plano das formulações estratégicas foi precedida pela busca de novas fontes para a modernização tecnológica dos navios. Assim, o Programa Decenal de Renovação dos Meios Flutuantes de 1967 abriu as portas para a compra na Europa de submarinos, fragatas e navios-varredores, sem que isso implicasse necessariamente qualquer reformulação do conceito estratégico vigente. O motivo dessa inversão foi a resistência dos EUA em fornecer qualquer tipo de armamento às marinhas do hemisfério, que extrapolasse as missões previstas para essas forças navais nos quadros da guerra fria (Vidigal, 1985:96 e segs.).

Nesse quadro, a corrente que se tornaria dominante a partir do governo Geisel deu um passo a mais e passou a expressar a insatisfação de setores da Marinha com a camisa-de-força das concepções impostas pelos EUA a seus aliados hemisféricos e

que, no caso da força naval, acarretava a destinação exclusiva de suas marinhas à defesa coletiva do hemisfério contra a então União Soviética, num eventual confronto dos dois campos da guerra fria no cenário do Atlântico Sul, em tarefas de proteção anti-submarina ao tráfego marítimo. Efetivamente, o pensamento desenvolvido na Escola Superior de Guerra, com sua ênfase na segurança nacional e na guerra total, deixava pouco espaço para reflexões sobre defesa nacional e conflitos localizados (Oliveira, 1988:241-242). Mas, no final dos anos 1960, setores importantes do pensamento naval aspiravam por horizontes mais amplos para a sua força, que extrapolassem o caráter defensivo e de segurança coletiva imposto pelos Estados Unidos nos limites do Acordo de Assistência Militar de 1952 e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca de 1947.

O advento do governo Geisel, com sua política externa voltada para a afirmação do Brasil como potência emergente, deu as condições que faltavam para que o novo pensamento estratégico naval fundamentasse novas políticas da Marinha. Em 1977, o país denunciou o acordo militar de 1952, no contexto das tensões provocadas pela política de direitos humanos do governo Carter e do contencioso em torno da assinatura do acordo militar com a Alemanha (junho de 1975). Nesse mesmo ano, veio à luz novo conjunto de Políticas Básicas e Diretrizes da Marinha, o qual, posteriormente desenvolvido e detalhado no Plano Estratégico da Marinha, gerou a Política Básica da Marinha. Sua idéia central era a seguinte: o Brasil deveria se afastar dos conceitos genéricos de defesa coletiva do hemisfério e definir interesses de defesa próprios. Para tanto, partia-se da constatação de que um conflito de grandes proporções entre EUA e URSS era improvável, e a Marinha brasileira deveria se preparar para conflitos localizados de alcance regional. Isto ampliava a gama de tarefas da força naval, que passavam a incluir, por exemplo, as ameaças aéreas e de superfície (Vidi-

gal, 1985:103-107; Câmara, 1983:173-74). A preocupação com a autonomia estratégica refletia-se também na ênfase então atribuída à necessidade de nacionalização dos meios. Essas diretrizes surgiram com o almirante Henning, ministro da Marinha do presidente Geisel, em conferência na Escola da Guerra Naval, no início de 1978:

A ênfase especial vem merecendo as considerações ligadas ao estabelecimento de uma doutrina de emprego, própria para os condicionantes brasileiros, e à crescente nacionalização do seu armamento e equipamento, com apoio em pesquisas e desenvolvimento em sintonia com a florescente indústria bélica nacional (Henning, 1978: 36).

Tais transformações consolidaram o apoio da Marinha às diretrizes mais gerais do governo Geisel, o que incluía o processo de lenta distensão do regime militar. No dizer de um dos principais formuladores da nova orientação naval: “A partir de 1977, a Marinha, pela primeira vez de forma plenamente consciente, formalizou, através de documentação adequada, sua concepção estratégica, em consonância com a política governamental” (Vidigal, 1985:105). Indagado sobre a impressão da força naval em relação ao fim do regime militar, o almirante Mauro César Rodrigues Pereira, ministro daquela força no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, teria respondido: “Eu diria que, como a Marinha já via há muito tempo a necessidade desse caminho, foi muito natural. Havia um certo alívio” (Castro e D’Araujo, 2001:262). Por fim, as mudanças ocorridas na força naval permitiram que, no final de 1989, dois pesquisadores afirmassem ser a Marinha essa força mais claramente voltada para políticas estritamente de defesa: “A Marinha entende que seu principal papel é a defesa, no sentido de salvaguardar e proteger os interesses brasileiros no mar. Esta preocupação deverá subordinar todas as demais” (Proença Jú-

nior; Franco, 1993:152). Com base numa série de entrevistas com oficiais, na maioria superiores, realizada nos últimos meses da guerra fria, conforme um desses pesquisadores constatou, a Marinha não mais se identificava com os conceitos da Escola Superior de Guerra e na visão dos entrevistados, “não existiria um conflito interno, nem este seria responsabilidade das forças armadas. A bipolaridade Leste-Oeste já teria acabado faz muito tempo” (Franco, 2001:125). Em contraste, os oficiais superiores do Exército contatados na mesma pesquisa apegavam-se ainda aos conceitos da ESG e consideravam provável a eclosão de conflitos de ordem interna. Essa diferença introduz o próximo tópico.

2 O CAMINHO DO EXÉRCITO

Se podemos dizer que a necessidade de modernização tecnológica levou a Marinha a tentar se livrar da camisa-de-força do alinhamento automático com os EUA, no caso do Exército foi o apego aos parâmetros geopolíticos da guerra fria que parece ter levado à constatação de que o Brasil precisava de pelo menos alguma liberdade de ação para desenvolver seus próprios interesses, os quais incluíam a modernização tecnológica, o que acabaria por levar a um projeto industrial-militar que passaria a impor novos termos às relações com a potência americana.

Nesse sentido, em texto datado de 1987, um analista militar independente assim registrava: “A atual doutrina geopolítica brasileira foi elaborada durante as décadas de 50 e 60. Na década seguinte, incorporou novos conceitos, sem abandonar suas premissas ideológicas e sem alterar suas premissas político-estratégicas” (Cavagnari Filho, 1987:84). A mencionada incorporação de novos conceitos parecia se referir à ascensão, em meados dos anos 1970, da visão militar de que o Brasil estaria pronto para começar sua trajetória efetiva rumo à sua construção como potência. Esse antigo postulado da doutrina

geopolítica brasileira ganhara nova dimensão com o crescimento econômico do país depois de 1968. No entanto, o que interessa destacar aqui é que a ambição de chegar a potência antes do final do século XX não partiu, no pensamento dominante no Exército, de um questionamento do alinhamento com os EUA. Ao contrário do ocorrido na Marinha, o pensamento da força terrestre acreditava na possibilidade de alcançar maior autonomia estratégica com a permissão da potência americana: “Coerente com sua matriz teórica, a concepção militar elege como fim da potência o exercício da hegemonia regional por consentimento americano” (Cavagnari Filho, 1987:80).

O conservadorismo da força terrestre refletia-se também no seu maior apego aos dogmas da ideologia da segurança nacional. Até o final da guerra fria o Exército ainda considerava a manutenção da ordem interna como sua missão fundamental e resistia, mais que a Marinha, à idéia de controle civil sobre as Forças Armadas. Essa característica não deve nos impedir, porém, de localizar algumas mudanças importantes verificadas, depois de 1977, na visão da força terrestre sobre os termos nos quais se deveriam se dar as relações com o aliado norte-americano. Nesse aspecto, ainda que a denúncia do acordo militar de 1952 não tenha significado no Exército uma revisão da idéia da subordinação estratégica aos EUA, notam-se alguns processos de alteração na avaliação dos termos da aliança. Em nossa hipótese, a questão da tecnologia militar volta aqui como fator explicativo.

Com efeito, embora o Exército não tenha colocado no centro de suas perspectivas estratégicas a busca de maior autonomia diante dos Estados Unidos, a intenção de construção de potência trazia inevitavelmente na mesa a necessidade de desenvolver a capacidade estratégica brasileira e de diminuir suas vulnerabilidades. Nesse sentido, a doutrina geopolítica já afirmava a exigência de dotar o país de uma base industrial mais sofisticada, aumentar a capacitação tecnológica, aprimorar a

infra-estrutura e modernizar as Forças Armadas. Tais objetivos, na ideologia da segurança nacional, estavam incluídos no binômio “segurança e desenvolvimento”. A partir de meados dos anos 1970, porém, no contexto da construção da potência, no pensamento dominante na força terrestre ganhou peso desproporcional o lado militar dessas necessidades: “A modernização da força militar, o desenvolvimento tecnológico-militar e o domínio da tecnologia nuclear para fins militares” (Cavagnari Filho, 1987: 82). Ou, em outras palavras,

A militarização dos principais programas de tecnologia avançada (...) viria a revelar a determinação das Forças Armadas de obter a tecnologia de vetores: o submarino nuclear, o míssil balístico de alcance médio e o avião caça-bombardeio subsônico (...) a posse desses vetores seria um dos principais motivos de tensão nas relações com os Estados Unidos (Cavagnari Filho, 1994:28-29)

Para os fins deste texto, o que interessa destacar é a diferença entre os processos ocorridos na Marinha e no Exército. No caso da primeira, a necessidade de modernização tecnológica precedeu a mudança no pensamento estratégico. No caso do último, sem mudança no referencial estratégico, chegou-se à necessidade de autonomia tecnológica. Em ambos os casos, o resultado foi um aumento de tensões nas relações com os Estados Unidos.

Esse traço se expressaria com mais clareza nas negociações estabelecidas entre o governo Reagan e o governo Figueiredo na primeira metade dos anos 1980 e que resultaram na assinatura de um “Memorando de Entendimento de Cooperação Industrial-Militar”, em 6 de fevereiro de 1984. Referido documento foi resultado dos esforços de um dos cinco grupos de trabalho criados por ocasião da visita ao Brasil do presidente Reagan, em fins de 1982, e expressava as intenções dos EUA de reativar as relações militares com o país, trinta anos depois

do acordo que definiu as relações militares entre os dois países na primeira fase da guerra fria e cinco anos depois de sua denúncia pelo governo Geisel.

Na verdade, o memorando de 1984 representou o fracasso dos EUA em convencer o governo militar a aceitar uma agenda bastante mais ampla do governo Reagan e que incluía: 1. a adesão do Brasil à construção da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS); 2. a cessão da Ilha da Trindade para estabelecimento de uma base americana; 3. a formação de uma nova comissão mista militar entre os dois países; 4. a reversão da política do Brasil na América Central, onde os EUA estavam comprometidos com o solapamento do sandinismo; 5. a ressurreição de uma força interamericana de paz, com o objetivo de atuar na América Central (Bustamante, 1987:64).³ É fácil entender por que essa agenda, que implicava a negação dos princípios mais elementares da política externa brasileira, não foi aceita. Do ponto de vista do nosso argumento, é mais significativo aprofundar o entendimento das razões que levaram o governo Figueiredo a recusar mesmo a agenda mais limitada de transferência de tecnologia militar, pedra de toque do esforço americano para reativar as relações preferenciais intermilitares proposto então pelo governo americano.

Ao contrário da conjuntura do começo dos anos 1950, que encontrou um setor das Forças Armadas brasileiras francamente favorável ao estabelecimento de acordos militares com os Estados Unidos, no início dos anos 1980, o intento norte-americano de reencontrar no meio militar um aliado seguro para avançar sua agenda estratégica mais geral para o Brasil, seduzindo-o com a transferência de armamentos, defrontou-se com um conjunto de obstáculos que expressavam os novos termos em que as Forças Armadas brasileiras, em seu conjunto, concebiam seus interesses diante do aliado americano. Conforme já vimos, no Exército, o pomo da discórdia não dizia respeito a divergências de concepções estratégicas mais ge-

rais. Em vez disso, a discordância se deu em torno dos limites que a transferência de tecnologia militar dos EUA imporiam à liberdade de ação dos projetos de modernização tecnológica militar patrocinados por essa força.

Profundamente comprometido com o projeto de consolidação de uma indústria nacional de armamentos, por meio da exportação a países de Terceiro Mundo, o Exército não tinha interesse em aceitar, seja os limites que a legislação americana imporia à reexportação de armas com tecnologia americana, seja qualquer projeto de reconversão da tecnologia militar empregada no Brasil a um padrão único norte-americano. Esta posição foi sintetizada, em fevereiro de 1984, quando seis dias depois da assinatura do memorando de entendimento Brasil-EUA pelos ministros Saraiva e Schultz, em Brasília, os seis ministros militares brasileiros divulgaram nota na qual afirmavam que o país não deveria aceitar tecnologia militar americana se esta se vinculasse a restrição a exportações a terceiros países (Bustamante, 1987: 74-75). Dessa maneira, segundo é possível afirmar, a época do arrendamento e empréstimo (*lend and lease*), que marcou a cooperação militar nos termos dos acordos de 1952, estava terminada.

3 DO PRATA À CALHA NORTE

O ano de 1982 aparece também como data importante em outro aspecto. A eclosão da guerra das Malvinas, que confrontou a ditadura militar argentina com um inimigo externo ao hemisfério, colocou em tela de juízo a eficácia de um dos pilares centrais do arranjo de segurança hemisférica da guerra fria: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947). Além disso, a derrota da Argentina preocupou os militares, na medida em que deixou clara a “incapacidade das Forças Armadas brasileiras para uma guerra convencional de média intensidade” (Cavagnari Filho, 1994:52). No entanto, no plano regional, a guerra no Atlântico Sul acabaria por contribuir para

um processo que já se esboçava desde 1977, quando foram resolvidos os pontos de atrito referentes ao aproveitamento do potencial hidroelétrico dos rios da bacia do Prata: o da distensão militar entre Brasil e Argentina.

Com efeito, embora o emprego da força militar nunca tenha configurado uma possibilidade real nas relações entre os dois países, uma das quatro hipóteses de guerra do Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras – a hipótese Delta – previa um conflito com o vizinho setentrional (Cavagnari Filho, 1994:48). Como lembrou numa conferência pronunciada em 1992, o general Manuel Teixeira, então na subchefia do Estado-Maior do Exército em meados dos anos 1980:

Durante 80 anos, desde que se organizaram bem as escolas, elas vêm como doutrina a hipótese de guerra do Brasil com a Argentina e vice-versa. Os oficiais que faziam os cursos na Escuela de Estado Mayor (...), em Buenos Aires até cerca de quatro anos atrás participavam de exercícios onde o inimigo era o Brasil, e isso não era ocultado a nossos oficiais. No Brasil fazíamos uma diferença e os denominávamos inimigo do sul, ou os nomeávamos com uma cor (Teixeira, 1992:14).

Na verdade, já em 1977, analistas do tema militar registravam na imprensa “índícios de que em Brasília os Estados-Maiores militares tendem a reagir positivamente à idéia da maior aproximação entre os países do cone sul” (Góes, 1978:160). A postura assumida pelo Brasil em 1982 contribuiu para aprofundar essas tendências: “A conduta diplomática brasileira, solidária com a Argentina e dirigida à busca de uma solução pacífica do conflito, ajudou a dissipar antigos receios e a esvaziar uma rivalidade histórica” (Cavagnari Filho, 1994:39). No Exército, tal projeto encontrou continuidade na gestão do general Manuel Teixeira como responsável pelo planejamento estratégico da força em meados dos anos 1980.

Mas a compreensão da evolução do pensamento militar exige

voltar a 1977. Então, no quadro das mudanças na política externa patrocinadas pelo governo Geisel, que incluíram uma maior preocupação com a América do Sul, a perspectiva de alívio nas tensões no Sul possibilitavam a concentração dos esforços militares, principalmente do Exército, na área que começava a se consolidar como seu maior foco de preocupações: a Amazônia, alvo do Tratado de Cooperação (TCA) entre os países da região, assinado em março de 1977. A ligação entre um e outro processo apareceria nas declarações do ministro do Exército, general Fernando Belfort Bethlem, em fins daquele ano: “As fronteiras do Sul estão consolidadas, enquanto as do Norte podem ser chamadas de fronteiras vivas” (Folha de S. Paulo, 19/11/77). Efetivamente, interessava, sobretudo ao Exército, a conclusão da manobra de ocupação do Norte, prevista nas reflexões clássicas da geopolítica brasileira. Para Golbery do Couto e Silva (1981:47), tratava-se de “inundar de civilização a Hiléia Amazônica, a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E-O segundo o eixo do grande rio”.

Em maio de 1985, no começo do governo Sarney, tal manobra teve continuidade com a proposição pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional de um plano para atuação na região Norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. O plano parecia expressar principalmente as visões dominantes no Exército. Toda sua justificativa era calcada na linguagem da Doutrina de Segurança Nacional e da geopolítica. Dentro desses parâmetros, ele consolidava as preocupações da força terrestre com a fronteira norte, no rastro da eliminação, a partir de 1975, da ameaça subversiva interna. Coerente com as idéias tradicionais da geopolítica brasileira, o Projeto Calha Norte – como foi depois denominado – expressava também com mais força a preocupação militar em evitar interferência estrangeira na área amazônica, considerada de responsabilida-

de dos países da região, dentro do espírito do TCA. Assim, é possível ver aí tanto a presença das percepções calcadas na guerra fria (interferência de Cuba na situação interna de países vizinhos, considerada naquela altura improvável), como “também com a intervenção direta do governo norte-americano, que tende a superavaliar a possibilidade de expansão comunista na área” (Estudo n.010/3ªSC/85). Delineava-se, assim, o quadro das preocupações futuras da força terrestre com a defesa da Amazônia. À resistência às intenções americanas de limitar os programas brasileiros de tecnologia sensível, juntavam-se percepções de ameaça centradas na cobiça internacional pela Amazônia (Martins Filho, 2003).

4 INTERMEZZO (1987-1992)

O período de cinco anos que se seguiu a 1987 não parecia uma fase muito propícia para a reflexão estratégica. Nessa fase, as Forças Armadas concentraram, a princípio, sua atuação nos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1988, com o objetivo principal de garantir a manutenção de suas prerrogativas institucionais, objetivo alcançado com bastante sucesso (Zaverucha, 1994: 193 e segs.). Com o início do governo Fernando Collor, em 1990, enfrentaram uma política de cortes orçamentários e medidas de controle civil – como a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI). No plano externo, a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o subsequente colapso da então União Soviética configuraram uma surpreendente ruptura com a ordem mundial vigente desde 1947. Em seguida, a Guerra do Golfo, no início de 1991, alertou os militares para as novas condições de intervenção militar do pós-guerra fria. O resumo de um artigo sobre a estratégia no limiar do terceiro milênio define bem a visão militar brasileira sobre esses processos: “O fim da guerra fria, o desmantelamento da União Soviética e o colapso do comunismo inauguraram um período de transição na ordem mundial, caracteri-

zado pela despolarização, pela dissociação hegemônica e pela transnacionalização” (Gigolotti, 2005:55).

No referente à Amazônia, o governo Collor iniciou um processo de dismantelamento das políticas de integração e modernização conservadora construídas durante o regime militar, cumpriu a obrigação constitucional de demarcação das terras dos Ianomami e colocou em banho-maria o Projeto Calha Norte. No contexto pré-realização no Rio de Janeiro da ECO-92, sua política externa procurou mostrar ao mundo um país alinhado às reivindicações do movimento ecológico mundial. Nada disso, contudo, afetou a política do Exército de instalação de grandes unidades e unidades operacionais na região amazônica, em que se destacou a transferência de uma brigada de infantaria de Petrópolis (RJ) para Tefé (AM), em 1991-92, e de uma brigada de Santo Ângelo (RS) para Boa Vista (RR), em 1992-93 (Máximo, 1999:199-200; Silva, 1999).

5 O EXÉRCITO E A RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA

Na verdade, no plano do pensamento político militar, o governo Collor (1990-92) marcou uma mudança decisiva. Enquanto se falava em crise de identidade militar, o Exército tinha em gestação uma nova doutrina. Tal doutrina expressa a adaptação do Exército à conjuntura do imediato pós-guerra fria. Nas visões dominantes no meio militar, as principais características dessa conjuntura foram o surgimento dos EUA como única superpotência mundial, não mais comprometida com o sistema de alianças do bipolarismo, num contexto onde passou a se debater a superação das noções tradicionais de soberania nacional. Tudo isso, num quadro interno no qual o governo Collor parecia se alinhar com as forças que pregavam a diminuição do papel das Forças Armadas dos países periféricos (Martins Filho, 2003: 264 e segs.).

No início de 1991, eclodiu a declaração do comandante militar da Amazônia de que o Exército “transformaria isso num

Vietnã”, se houvesse uma invasão daquela área do país (Martins Filho, 2003: 272). No começo de 1992, na alocução feita à tropa, no dia da formação de despedida da brigada gaúcha transferida para o norte, seu comandante, o general Luiz Nery da Silva, aludiu não apenas à distensão com a Argentina, mas a “pressões alienígenas que ameaçam nossa soberania sobre a Amazônia”. Isto fez com que “a prioridade de emprego das Forças Armadas fosse direcionada para aquela rica e cobiçada área, bravamente conquistada e mantida por nossos antecessores” (Silva, 1999: 266).

Não há uma história oficial da formulação dessa doutrina. Contudo, existem fortes indícios segundo os quais seus primeiros formuladores foram oficiais que haviam participado do combate à guerrilha no Araguaia, na primeira metade dos anos 1970, e tinham experiência nos métodos do Centro de Instrução de Guerra na Selva, sediado em Manaus.⁴ Se essa hipótese estiver correta, o que parece ter ocorrido é um processo interessante e possivelmente inédito de transformação de uma experiência de combate anticomunista, com raízes na doutrina francesa da *guerre révolutionnaire*, numa doutrina que procurava retirar lições estratégicas e operacionais das forças até então combatidas, na hipótese de conflito do Brasil com uma grande potência. Na realidade, a idéia de espelhar os métodos do inimigo não era nova e constituía o coração da doutrina francesa (Martins Filho, 2004). O traço novo estava no esforço para integrar métodos irregulares de guerrilha à guerra convencional de forças regulares, em “face de um poder militar incontestavelmente mais forte”.

Por volta de 1991 já se discutia na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) uma estratégia capaz de ser empregada na Amazônia, em manobra necessariamente longa e com a transformação temporária de forças irregulares em forças guerrilheiras (Silva, 1992). Seu fundamento teórico era a conceituação da estratégia da lassidão de André Beaufre:

JOÃO ROBERTO MARTINS FILHO

Se a margem de ação é grande, mas os meios disponíveis excessivamente fracos para obter uma decisão militar, pode-se recorrer a uma estratégia de conflito de longa duração, visando a promover uma usura moral, a lassidão do adversário. Para poder durar, os meios empregados serão muito rústicos, mas a técnica de emprego (geralmente uma guerra total apoiada sobre uma guerrilha generalizada) obrigará o adversário a um esforço bem mais considerável do que ele poderá suportar indefinidamente. Este modelo de luta total prolongada de fraca intensidade militar foi geralmente empregado com sucesso nas guerras de descolonização. Seu teórico principal é Mao Tse-Tung (Beaufre, 1998:33).

Nesse quadro, em texto publicado em 1995, o então coronel-aviador Álvaro Pinheiro referia-se pela primeira vez a uma diretriz estratégica do Estado-Maior do Exército, que, para fazer face à “possibilidade da ocorrência de um conflito contra uma força multinacional extracontinental dotada de um superior poder de combate”, definia a estratégia operacional da lassidão ou da usura, conceituando-a como aquela que “desenvolve-se através de um conflito prolongado, de caráter total, tendo na maioria das vezes fraca intensidade, normalmente à base de guerrilha e busca obter a decisão pelo desgaste moral e o cansaço material. Nesta forma de atuar é fundamental saber durar” (Pinheiro, 1995: 13). Segundo a versão oferecida pelo general Paulo Roberto Corrêa Assis, ex-comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva, e a chefia do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia:

O estudo desta estratégia iniciou-se em Brasília, em 1994, quando o general Pedrozo então vice-Chefe do Departamento Geral de Serviço, do qual eu era assistente, sabedor por antecipação que ao ser promovido à Gen Ex iria comandar o Comando Militar da Amazônia expediu sua principal diretriz, qual seja um tipo de guerra de guerrilha no CMA. Iniciamos os estudos juntamente com o Comando de Operações Terrestres, onde contamos com a valiosa colaboração

do Cel Álvaro (Pinheiro, JRMF), para criarmos essa estratégia a fim de nos anteciparmos a uma força muito superior diante da qual estaríamos incapacitados de enfrentá-la caso viesse a intervir na Amazônia (Assis, 2003:159).

Contudo, como vimos, há fortes indícios de que os princípios da nova doutrina estavam definidos já em 1991. Talvez o general se refira a um aprofundamento de aspectos da doutrina no âmbito do CGIS.⁵ De todo modo, quando vem à luz o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), a estratégia da lassidão já está consolidada (Ministério do Exército, 1996). No nível operacional, como explica um dos seus mais importantes formuladores, ela pressupõe a adoção da guerra irregular como principal forma de conduta da guerra convencional contra uma potência militar claramente superior ao Brasil, em recursos materiais e científico-tecnológicos. O grande objetivo da nova estratégia é “demonstrar ao invasor que o preço a pagar para manter o domínio sobre determinada região não compensa os benefícios decorrentes” (Pinheiro, 1995: 13).

Para o coronel Pinheiro, nosso Exército compartilha com o norte-americano o mesmo conceito doutrinário de emprego das Forças Especiais (FEs) – quando preconiza que os Destacamentos de Forças Especiais estabelecerão Áreas Operacionais de Guerra Irregular (AOGI). A diferença está em que, no caso brasileiro, não se prevê a atuação das FEs no estrangeiro, junto a um Movimento Revolucionário Patrocinado. Os operadores de FEs nacionais estabelecerão AOGI no contexto de um Movimento de Resistência, “trabalhando com comunidades brasileiras, quando da ameaça ou da ocorrência de uma invasão de nosso território”. O objetivo político a ser atingido é “restabelecer a Soberania e a Integridade do Patrimônio Nacional”. Por fim, a doutrina se baseia na idéia de que o centro de gravidade do invasor é sua vontade nacional. Vale dizer, a lassidão tem como objetivo durar até que se enfraqueça a vontade nacional de lutar do inimigo (Pinheiro, 1995: 13-14).

A nova concepção do Exército elevou os textos dos teóricos da guerra revolucionária à categoria de leitura recomendada nas escolas de formação. Não espanta, assim, que problemas estratégicos (da Guerra Revolucionária, JRMF) de Mao Tse-Tung fossem citados já em 1992, na monografia do coronel Pinto Silva. Outra monografia, do major Fernando Velozo Gomes Pedrosa, menciona o texto de Mao “Sobre a guerra prolongada” “como modelo que, com adequadas adaptações, pode ser aplicado a outros conflitos de natureza semelhante” (Pedrosa, 1995:6). O texto desse oficial inaugura também o estudo da experiência de luta do exército vietnamita contra as potências francesa e norte-americana e afirma que “considerando-se a justiça da causa e o nível de mobilização do povo vietnamita, a vitória final do Vietnã era só uma questão de tempo”.⁶ Nesse aspecto, como os próprios textos militares destacam, não seria possível buscar na experiência dos países centrais reflexões sobre estratégias de resistência: “Os países nos quais o Brasil tem tradicionalmente buscado orientação para formular sua doutrina militar não dispõem de um *modus operandi* que possa servir de base para uma doutrina operacional” (Abreu, 2003: 28).

De todo modo, já em meados da década de 1990 a nova doutrina estava consolidada. De lá para cá, além de rebatizá-la, a bem da clareza, como Doutrina de Resistência, o Exército tem se esforçado por aprimorá-la no plano estratégico e tático-operacional. Como afirma um oficial de estado-maior (Abreu, 2003:28-29): “A doutrina da resistência vem sendo desenvolvida com caráter próprio”, mediante o estímulo à promoção de simpósios e discussões – em escolas e unidades da tropa – e à condução de experimentações doutrinárias que incorporam o gênio inventivo e a capacidade de improvisação dos homens que integram a força terrestre.⁷

Nesse sentido, nem a publicação da Política de Defesa Nacional, em 1996, nem a criação do Ministério da Defesa, em

1999, alteraram o curso previamente definido. No manual C-124-1 Estratégia, a força terrestre afirma que a resistência “consiste em desgastar, por meio de um conflito prolongado, um poder militar superior, buscando seu enfraquecimento moral pelo emprego continuado de ações não-convencionais e inovadoras, como, por exemplo, táticas de guerrilha” (Ministério da Defesa, 2001:3.12). Já o manual MD-33-M-04 A Doutrina Militar de Defesa “preconiza que a estratégia da resistência caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações militares em um conflito prolongado, de caráter restrito, na maioria das vezes de baixa intensidade, onde normalmente empregam-se táticas e técnicas de guerrilha” (Abreu, 2003:27). Como este documento já foi elaborado no âmbito do Ministério de Defesa, a continuidade parece evidente. É de supor, assim, que os documentos sigilosos que constituem a “Política Militar de Defesa” e a “Estratégia Militar de Defesa”, aos quais o analista não pode ter acesso a não ser muito indiretamente, por inferências retiradas das monografias militares, sejam do mesmo teor.⁸ Assim, foi possível a uma análise militar de finais de 2005 afirmar:

A doutrina em desenvolvimento pelo Exército Brasileiro para a defesa da Amazônia com base nas ações de guerrilha é inédita na História Militar. Nunca antes um exército regular se preparou para uma guerra irregular de longo prazo, desde a instrução até o levantamento dos aspectos logísticos envolvidos (Gigolotti, 2005: 63-64).

6 A MARINHA: TECNOLOGIA E ESTRATÉGIA

Como vimos, desde meados da década de 1970 o pensamento dominante na Marinha vinha enfatizando a necessidade de autonomia estratégica – o que se traduzia na definição de uma doutrina de emprego desvinculada dos imperativos da defesa hemisférica –, bem como de criação de uma capacida-

de tecnológica autóctone. Os anos 1990 encontraram a Marinha confiante nas potencialidades da integração regional, principalmente com a Argentina – o que permitiria definir concepções de defesa comum “desvinculadas dos interesses específicos da potência hegemônica regional” (Vidigal, 1990:60) e convicta do acerto de sua política de busca de autonomia tecnológica, embora admitisse a adaptação da evolução tecnológica naval às condições específicas do Brasil. Isto exigia um compromisso entre modernização e nacionalização do material bélico.

Em seus aspectos mais gerais, o mundo do pós-guerra fria despertou na Marinha preocupações bastante semelhantes às do Exército: a nova situação estratégica era expressão de “uma gradativa mudança do eixo das tensões mundiais”, que substituía as anteriores tensões Leste-Oeste por um “injusto e, como não poderia deixar de ser, inseguro distanciamento entre os países do ‘norte’, desenvolvidos, poderosos, ricos e árbitros da ordem mundial e os países em desenvolvimento ou subdesenvolvimento do ‘sul’” (Flores, 1992:99). Os pensadores navais também encaravam com desconfiança o novo discurso da soberania restrita e a emergência de “temas globais” – meio ambiente, direitos de minorias, direitos humanos –, que permitiriam a ultrapassagem dos conceitos clássicos de soberania nacional e autodeterminação. O mesmo valia para as propostas de reforma dos aparelhos militares dos países menos poderosos: na visão dominante na Marinha, elas escondiam as intenções hegemônicas das potências, sobretudo dos Estados Unidos, no sentido de impor sua própria agenda de segurança nacional a países como o Brasil, conforme se evidenciava na proposta de uso dos militares na repressão ao narcotráfico:

A redução da capacidade de defesa clássica equivale, na prática, à adoção de um modelo que outorga a defesa de um país a outra

potência, geralmente a uma grande potência, não nos termos tradicionais da defesa solidária ora em eclipse, mas simplesmente em função do entendimento unilateral da grande potência e de seus associados (Flores, 1992:105).

Contudo, a especificidade da força naval conferiu às reflexões da Marinha algumas características próprias. Antes de tudo, seguindo o fio condutor que vimos acompanhando desde o começo dos anos 1970, o pensamento naval concentrou-se na tendência da nova ordem em consolidar o que se configurava com uma espécie de *apartheid* tecnológico:

São cada vez maiores as dificuldades para transferência de tecnologia de ponta, sob alegação de que ela capacita o receptor, mesmo se um país de potência média, a produzir armas de destruição em massa e a desenvolver mísseis de longo alcance, o que, segundo o ponto de vista dos desenvolvidos, nas mãos dos povos e governos “politicamente imaturos”, ameaça a paz mundial (Vidigal, 1996: 56-57).

Na mesma perspectiva, com o fim da dissuasão nuclear, adquiriam novo relevo as inovações tecnológicas em áreas como o aperfeiçoamento dos mísseis e satélites artificiais; o aumento de autonomia e capacidade de carga dos aviões; o aperfeiçoamento dos submarinos; a evolução dos torpedos e das minas, assim como a revolução da guerra eletrônica, entre outros. Sem acesso às novas tecnologias, a Marinha ficaria de mãos atadas e ver-se-ia impossibilitada de desenvolver um projeto próprio que equacionasse as necessidades de modernização com as possibilidades de nacionalização dos equipamentos (Vidigal, 1996).

Mas o aspecto mais original da evolução do pensamento da Marinha no pós-guerra fria parece estar na reformulação da doutrina. Refirimo-nos aqui ao desenvolvimento do conceito de dissuasão convencional “como principal missão do poder

militar dos países menos poderosos, que não podem pretender um enfrentamento com países de poder nacional muito superior aos seus” (Vidigal, 1996:59). Aparentemente, expressa-se aqui uma evolução semelhante à que observamos no Exército. Mas há diferenças importantes. A partir da idéia de que a Marinha tem importante papel a desempenhar tanto na paz - por meio do emprego político do poder militar -, quanto na guerra, o pensamento naval passa a propor o abandono do conceito de “hipóteses de guerra” e “hipóteses de conflito”, “face à pouca objetividade dessas hipóteses e a ambigüidade das situações que podem surgir”. Em seu lugar sugere-se a adoção do conceito de vulnerabilidades estratégicas, vale dizer: “Os principais pontos em que um país é vulnerável à ação de um inimigo externo qualquer, onde uma agressão pode causar dano de difícil reparação e totalmente desproporcional ao esforço feito” (Vidigal, 1996:62).⁹

Com a nova conceituação, o pensamento estratégico da Marinha pretendia dar conta da “inerente instabilidade da ordem internacional” e, ao mesmo tempo, definir com mais precisão uma política militar para o país: “A combinação das missões resultantes de todas as vulnerabilidades estratégicas aceitas como válidas servirá de base para a definição do poder militar necessário” (Vidigal, 1995:65). Em nossa perspectiva o novo enfoque tem conseqüências expressivas em termos de pensamento militar. Ao centrar fogo na definição das Forças Armadas como instrumento permanente da política externa nacional, a Marinha torna desnecessária a justificação da existência dessas forças com o recurso a qualquer atividade que não seja a defesa nacional, como por exemplo a defesa interna ou guerra revolucionária. Torna possível, assim, afirmar com todas as letras que as hipóteses de guerra do período pré-1989 estão superadas e afasta com mais rigor a necessidade de definir inimigos internos. Os novos conceitos abriram caminho para que a Marinha se antecipasse ao Exército em outras ino-

vações. Nesse prisma, já em 1995, pensadores navais previam uma maior colaboração das Forças Armadas do cone sul, a necessidade de progressão da doutrina militar no sentido da combinação de forças e o papel positivo que o Ministério da Defesa poderia desempenhar na formulação de uma nova doutrina de emprego.

Os anos seguintes consolidaram tais visões. Em fins de 2002, conforme o comandante da Marinha, almirante Sérgio Chagasteles, afirmava o novo documento da Estratégia Militar Brasileira, então em elaboração pelo Estado-Maior das Forças Armadas, incorporava a idéia da superação do conceito de “hipóteses de guerra”, adotava o de “hipóteses de emprego”, o qual não exigia mais a identificação de um inimigo específico. No mesmo texto, o comandante da força naval reiterava a centralidade da noção de “vulnerabilidades estratégicas” para a definição das respostas e estratégias das Forças Armadas na nova conjuntura. O novo quadro conceitual conferia à Marinha maior capacidade de definir seu Conceito Estratégico e as necessidades da força. A partir daí se estabelecia a importância da noção de pronto emprego que, fundada na capacidade de cumprir missões de um amplo espectro de emprego, abria espaço para a flexibilidade, versatilidade e mobilidade no planejamento da força (Chagasteles, 2003).

7 A FORÇA DA INÉRCIA

Nessa seção final, pretendemos sugerir que, no começo do século XXI, apesar das mudanças analisadas neste artigo, permanecem na força terrestre alguns conceitos elaborados no período da guerra fria e que parecem ter sobrevivido aos abalos que marcaram os anos 1990. Assim, embora o Exército tenha abandonado o conceito de Hipóteses de Guerra e adotado o de Hipóteses de Emprego,¹⁰ conforme tudo indica, ainda não mudou significativamente a visão explicitada em 1996, quando foi publicado o Sistema de Planejamento do Exército

(SIPLEX). Na sua doutrina Alfa, o Exército continuava a considerar a possibilidade de atuar na Defesa Interna, em

Ações permanentes de caráter PREVENTIVO, privilegiando as estratégias de PRESENÇA NACIONAL e da DISSUASÃO, bem como buscando contribuir com o Governo no esforço para inibir a atuação das Forças Adversas (F Adv) e evitar que as crises evoluam para um quadro de ameaça à estabilidade institucional (maiúsculas no original, JRMF) (Ministério do Exército, 1996).

Tal doutrina exigiria que o Exército se fizesse “presente em todo o Território Nacional, com o propósito de conhecer a área e acompanhar situações com potencial para gerar crises” (Ministério do Exército, 1996:12).

Seis anos depois, a Estratégia da Presença ainda era vista como fundamental, diante do papel pioneiro do Exército na formação do país, a despeito de ainda se considerar a possibilidade de um “retraimento lento” dessa necessidade. Segundo o então comandante do Exército, general Gleuber Vieira, “hoje passou a ser mais importante a capacidade de se fazer presente do que estar presente” e a “presença deve ser seletiva”. Na visão da força terrestre, “o processo de retirada de uma presença seletiva deve ser lento, mas observando-se aquele papel pioneiro que, durante algum tempo, teremos de exercer” (Vieira, 2003:138-39). Na nova versão do SIPLEX (Ministério da Defesa, 2002), a doutrina Alfa permanece a mesma, suprimindo-se apenas o termo “forças adversas”.

Em nossa hipótese, o que se vê aí é a maior dificuldade do Exército em se livrar de sua histórica preocupação com a ordem. A visão ainda predominante na força parece melhor expressa em uma monografia defendida na ECEME e publicada em 1995 em *A Defesa Nacional*, intitulada *As Forças Armadas no século XXI*:

Mesmo se a lei não previsse tal destinação, dificilmente a sociedade aceitaria que as Forças Armadas se mantivessem impassíveis diante do caos e da desordem. Seria ilógico e utópico que o Estado abrisse mão do braço armado para enfrentar qualquer ameaça, externa ou interna. O velho aforismo franco-maçônico de que as Forças Armadas sejam um “grande mudo” só encontra guarida entre os mal-intencionados. A mudez é uma deficiência orgânica incompatível de se constituir em predicado militar (Carvalho, 1995:64).

No mesmo sentido, situa-se o apego ao conceito de segurança, em contraposição ao de defesa. Com efeito, é possível inferir de texto do então subchefe do Estado-Maior do Exército, general Rui Monarca da Silveira, elaborado em 2003, que coube à força terrestre, nos trabalhos de revisão da Política de Defesa Nacional, no âmbito do Ministério da Defesa, a proposta de inserção na nova versão daquele documento da tradicional noção da Escola Superior de Guerra, que vê a Segurança Nacional como “a condição que visa a obtenção e a manutenção dos objetivos e interesses da Nação, por meio da integração e do emprego coordenado das várias expressões do Poder Nacional” (Silveira, 2004:170). O mesmo texto recupera as reflexões do marechal Castello Branco sobre as diferenças de abrangência entre as noções de segurança e defesa, o qual considera a noção de segurança nacional como mais abrangente, por compreender “a defesa global das instituições, incorporando por isso aspectos psicológicos, a preservação do desenvolvimento” (Silveira, 2004:171). Não espanta assim uma monografia militar recente lembrar que “a estrutura militar está condicionada para responder aos desafios do passado, ou seja, é rebocada pela história. A mentalidade é eminentemente retrospectiva, defensiva e endógena. Portanto, não correspondendo ao desejável para quem aspira o círculo das nações de primeiro nível” (Alves, 2004:33).¹¹

Dessa forma, no começo do século XXI, o analista do pensamento militar brasileiro defronta-se com aspectos de mudança e de continuidade, cuja evolução é preciso acompanhar nos próximos anos, para a melhor compreensão da mudança de mentalidade militar. De todo modo, a tese principal deste texto – a de que a compreensão do pensamento castrense é fundamental para entender a questão militar no Brasil e para dar fundamento a qualquer tentativa de diálogo crítico com o meio militar – parece se sustentar. Como procuramos demonstrar, o chão militar move-se com cautela, mas se move.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Gustavo de Souza. Reflexões sobre a doutrina de resistência, **Revista do Exército Brasileiro**, n.140: 24-32, 3.quad. 2003.
- ALVES, Leonardo R. R. O arquipélago Brasil e a manobra estratégica em linhas interiores, **A Defesa Nacional**, n.141: 26-44, 2. quad. 2004.
- ASSIS, Paulo R.C. Estratégia da resistência na defesa da Amazônia. In: Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque (NEEMA), **Amazônia II**, Rio de Janeiro, Tauari: 157-65. 2003.
- BEAUFRE, André. **Introdução à estratégia**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- BERGO, Marcio T.B. O atual pensamento estratégico militar brasileiro, **A Defesa Nacional**, n.802: 3 -12, 2.quad. 2005. XCIp.
- BUSTAMANTE, Fernando. La transferencia de tecnologia militar desde Estados Unidos al Brasil, **Documento de trabajo, Programa Flacso-Santiago de Chile**, n.335, abr. 1987.
- CÂMARA, Ibsen de G. O pensamento estratégico brasileiro – projeção de nossa maritimidade na estratégia nacional, **Política & Estratégia**, v.1, n.1: 164-74, out./dez. 1983.

CARVALHO, Luiz P. M. As Forças Armadas no século XXI, **A Defesa Nacional**, n.769: 55-66, jul./ago./set. 1995.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo L. Autonomia militar e construção da potência. In: OLIVEIRA, E. R. de *et alii*, **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987: 57-99.

CARVALHO, Luiz P. M. Estratégia e defesa (1960-1990), **Premissas**, 7: 26-68, ago. 1994.

CHAGASTALES, Sérgio. Hipóteses de emprego na determinação da estrutura militar: custos, organização e dimensões na Marinha. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis (Orgs.). **Política de Defesa para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional 2003: 45-153.

DECUADRA, Daniel R. **Geopolítica, política externa e pensamento militar brasileiros em relação ao Atlântico Sul (1964-1990)**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 26 fev. 1991.

FLORES, Mário C. **Bases para uma política militar**. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

FORJAZ, Cláudio R. H. General Vô Nguyen Giap, um mestre da estratégia da resistência. **A Defesa Nacional**, n. 785: 90-107, 3. quad. 1999.

FORJAZ, Cláudio R. H. General VÔ NGUYEN GIAP, um mestre da estratégia da resistência (conclusão). **A Defesa Nacional**, n.786, 1. quad. 2000.

FORJAZ, Cláudio R. H. Dois historiadores, duas histórias, duas doutrinas, **Revista do Exército Brasileiro**, n.140: 12-23, 3. quad. 2003.

FRANCO, Paulo M. Defesa, indústria bélica, C&T, o ponto de vista dos atores. In: PROENÇA JÚNIOR, D. **Uma avaliação da**

indústria bélica brasileira. Defesa, indústria e tecnologia. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Estratégicos da UFRJ, 2001: 117-37.

GIGOLOTTI, João C.J. Estratégia e guerra no limiar do terceiro milênio. **Revista do Exército Brasileiro**, n.142: 55-64, 1.quad. 2005.

GÓES, Walder de. **O Brasil do general Geisel.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

HENNING, Geraldo A. A missão da Marinha na segurança nacional, **Segurança & Desenvolvimento.** Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, XXVII, n.172: 32-40, 1978.

MACHADO FILHO, Paulo I. de B. O emprego de minas em operações de resistência na Amazônia, **Revista do Exército Brasileiro**, n.137: 53-60, 2.quad. 2000.

MARTINS FILHO, João R. **A educação dos golpistas:** cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional The cultures of dictatorship: historical reflections on the Brazilian golpe of 1964, The University of Maryland and Archives II, College Park, Maryland; 14-16, oct. 2004.

MARTINS FILHO, João R. A visão militar sobre as “novas ameaças” no cenário da Amazônia brasileira. In: MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A. (Orgs.). **Novas ameaças:** dimensões e perspectivas. Desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina. São Paulo: Sicurezza, 2003.

MARTINS FILHO, João R.; ZIRKER, D. The Brazilian military and the New World Order, **Journal of Political and Military Sociology**, n.24 (Summer):31-55, 1996.

MÁXIMO, Francimá de L. Uma visão geral sobre a questão amazônica; Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque (NEEMA), **Amazônia I.** Rio de Janeiro: Tauari, 1999: 180-210.

MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO . Manual de Campanha. Estratégia. C 124-1. 3. ed. 2001.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX-Extrato), 2002.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX-4), 1996.

MOREIRA, Hilton B.A. O Brasil e suas responsabilidades no Atlântico Sul: **Segurança & Desenvolvimento**. Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, XXI, n.149: 97-110, 1972.

NUNES, Adalberto de B. Ministério da Marinha, **Segurança & Desenvolvimento**. Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, XXI ,n.150: 61-69, 1972.

OLIVEIRA, Eliezer R. de. A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico, **Política e Estratégia**, VI (2):233-46, abr./jun. 1988.

PEDROSA, Fernando V. G. Sudeste da Ásia – Um caso clássico da Estratégia da Lassidão. **A Defesa Nacional**, n.770: 5-33, out./nov./dez. 1995.

PLUM, Luiz H. G. Emprego do destacamento DOMPSA de Selva em apoio às tropas regulares e irregulares na Região Amazônica: uma proposta. **Revista do Exército Brasileiro**, n.142: 73-81, 2 quad. 2005.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro. **Air Power Journal**, edição internacional, 2. trim. 1995: 14-30.

PROENÇA JUNIOR, Domício; FRANCO, Paulo Moreira . Segurança e defesa do Brasil: a visão das Forças Armadas em 1989. In: PROENÇA JUNIOR, D. **Uma avaliação da indústria bélica brasileira. Defesa, indústria e tecnologia**. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Estratégicos da UFRJ: 141-170, 1993.

SALVANI, Ivo D. Emprego de blindados e mecanizados na

Amazônia, **Revista do Exército Brasileiro**, n.137: 61-64, 2 quad. 2000.

SILVA, Carlos A. A estratégia indireta, a guerra irregular e a defesa da Amazônia. **A Defesa Nacional**, n.756: 84-89, abr./jun. 1992.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura nacional, o poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

SILVA, Luiz N. da. Brigada das Missões, a grande roçada do sul para a Amazônia. In: ALMEIDA PINTO, J.R. de; RAMALHO DA ROCHA, A. J.; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque (NEEMA), **Amazônia I**, Rio de Janeiro, Tauari: 256-82, 1999.

SILVEIRA, Rui M. da. Segurança e defesa – a visão do Exército brasileiro. In: ALMEIDA PINTO, J.R. de; RAMALHO DA ROCHA, A. J.; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança**: uma estratégia para o Brasil. Brasília: Ministério da Defesa, 2004: 167-87.

TEIXEIRA, Manuel. Fuerzas armadas, sociedad y politica de defensa en Brasil.1992. Disponível em: <<http://www.ser2000.org.ar>>. Acesso em: 19 jan.2006.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Director of Intelligence and Research, **Research Memorandum**, RAR-14, Aug. 25. 1969.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

VIDIGAL, Armando A. F. Estratégia e o emprego futuro da força, **Revista da Escola Superior de Guerra**, v.12, n.32: 39-76, jul.1995- 1996.

VIEIRA, Gleuber. Hipóteses de emprego na determinação da estrutura militar: custos, organização e dimensões no Exército. In: REBELO, A.; FERNANDES, L. (Orgs.). **Política de Defesa para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, 2003: 133-144.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres**. Tutela militar ou controle civil? São Paulo: Ática, 1994.

NOTAS

¹“A atual tendência da política exterior, com sua independência em assuntos-chave e firme, mas basicamente amigável, postura de ‘toma lá dá cá’ com os Estados Unidos nos assuntos bilaterais, parece corresponder à opinião militar majoritária” (U.S. Department of State, 1969: 33).

²“Ou porque alguns oficiais desejam mostrar a independência brasileira dos Estados Unidos ou porque este país não está apto a oferecer os serviços de tipo avançado que estão sendo procurados, atualmente há considerável interesse das Forças Armadas por ofertas de venda atrativamente preparadas de terceiros países” (U.S. Department of State, 1969: 61).

³O trabalho de Bustamante, embora fundamental para entender essa etapa das relações militares Brasil-EUA, peca pelo desconhecimento do debate interno às Forças Armadas brasileiras nos anos 1970 e 1980, sobre o qual existem hoje evidências muito mais completas, como as fornecidas pelo projeto de recuperação da memória militar do CPDOC.

⁴Dois exemplos são Álvaro de Souza Pinheiro, que foi ferido no Araguaia (Carvalho, 2004:193) e Carlos Alberto Pinto Silva, instrutor no CIGS em 1973-74 (Silva, 1992: 89), ambos coronéis no início dos anos 1990.

⁵Do ponto de vista formal, cabe ao Estado-Maior do Exército a definição da Doutrina Militar Terrestre, no âmbito do Comando de Operações Terrestres.

⁶Ver também, entre outros, Forjaz (1999; 2000); Forjaz, (2003); Abreu (2003) e Gigolotti (2005).

⁷Machado Filho (2000); Salvani (2000); Plum (2005).

⁸Algumas idéias constantes da Estratégia Militar Brasileira podem ser inferidas das anotações do general Márcio Bergo (2005:11-12).

⁹Exemplos dessas vulnerabilidades seriam a dependência de importação de energia, a riqueza da Amazônia ou a extensão de nossas fronteiras.

¹⁰A nova versão do SIPLEX define que as hipóteses de emprego “decorrem dos cenários admitidos e das orientações político-estratégicas do país, que não elegem ou caracterizam qualquer país como potencial inimigo, e representam as opções estratégicas da Defesa Nacional” (Ministério da Defesa, 2002:33).

¹¹Esse autor, tenente-coronel de cavalaria e Estado-Maior, escreveu, em 2004, o único texto que podemos chamar de crítico às concepções estratégicas atuais da força terrestre.